

História dos conceitos e o mundo ibero-americano: convite à leitura

Autor convidado
Enviado em:
25/11/2014

Christian Edward Cyril Lynch

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ – antigo IUPERJ) e Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).
clynch@hotmail.com

8

Poucos historiadores, hoje, poderiam questionar a utilidade da história dos conceitos como instrumento metodológico necessário ao estudo da história intelectual, especialmente a política. O projeto historiográfico desenvolvido por Reinhart Koselleck parte da descoberta da historicidade intrínseca à experiência humana na modernidade e, como tal, é frutífero para uma captura adequada das mudanças então ocorridas no campo do pensamento político. Esta metodologia obriga o estudioso a situar os conflitos sociais e políticos do passado em suas respectivas fronteiras conceituais, colocando-os em relação com a continuidade ou não das estruturas políticas, econômicas e sociais. Como o conceito ligado a uma palavra é sempre mais do que esta palavra, ambos devem ser adequadamente distintos; além disso, os conceitos não têm conteúdos estáveis; o que permite dizer que a história dos conceitos, na verdade, é a história de suas diferentes recepções no tempo e no espaço.

Para Koselleck, o período particularmente interessante de estudo conceitual é aquele compreendido entre 1750 e 1850, que ele denomina *Sattelzeit* (1750-1850). Este é o termo por que ele designa o período de transição do Antigo Regime para a modernidade. Ao acompanharem as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa ocidental, os conceitos políticos teriam sofrido quatro grandes processos: a democratização (alargamento do seu campo de uso por camadas até então alijadas); temporalização (os conceitos passaram o futuro e não mais passado como referência); ideologização (os conceitos perdem sua dimensão concreta para se tornarem cada vez mais abstratos); e politização (os conceitos passam a adquirir

acentuada polissemia por seu emprego por diversos setores na arena política). Neste sentido, a história dos conceitos contribui de modo precioso à reconstrução fidedigna dos termos por que os debates foram travados no passado, expurgando-os dos sentidos eventualmente anacrônicos que lhe emprestamos no presente.

Qual a importância, porém, que a metodologia da história dos conceitos pode adquirir especificamente na América Ibérica? A percepção secular das elites ibero-americanas de se encontrarem à margem do “centro” civilizado localizado no Atlântico Norte repercutiu fundo na forma por que elas definiram suas identidades nacionais. Elas acreditavam – e em alguma medida ainda acreditam – que seus países seriam “atrasados”, “subdesenvolvidos”, “bárbaros”, “terceiro mundo”, ao passo que os europeus ocidentais e norte-americanos seriam “adiantados”, “desenvolvidos”, “civilizados”, “primeiro mundo”. Dessa diferença decorreriam diferenças qualitativas no plano da existência, refletidas no modo de apreciação de sua produção intelectual. As filosofias da história introduzidas na segunda metade do século XX reforçavam a tese de que a inferioridade intelectual do subcontinente era objetiva: orientadas por uma concepção histórica linear e eurocêntrica, elas desprezavam a produção intelectual dos países “atrasados” como primitivas, cópias de ideias importadas ou meros idealismos. A posterior introdução de metodologias de corte marxista não melhorou este quadro. Além de afirmar o caráter ideológico de todo o pensamento político, na medida em que encobria a dominação das classes subalternas, o marxismo agravava a pecha da inferioridade da cultura dita periférica, em relação às cêntricas; ela seria inautêntica ou duplamente ideológica, já que refletiria, em segundo grau, o imperialismo dos países centrais. Neste contexto, a introdução do instrumental metodológico da história conceitual na América Ibérica pode desempenhar um papel ainda mais relevante na Europa. Ela permite demonstrar que os conceitos políticos circulam indistintamente por todas as comunidades políticas, sejam elas centrais ou periféricas; que não existe uma “estabilidade semântica” nos conceitos, que adquirem significados variados conforme a cor local; e que não existe “originalidade” na elaboração deles.

Não quero com isso afirmar que a díade centro-periferia deve ser pura e simplesmente abandonada. Posta de lado como objetividade ou realidade, ela deve ser considerada principalmente no plano das representações históricas de seus agentes. A percepção de se estar na periferia, de se achar numa condição de atraso que deve ser superada, pautou parte significativa da história intelectual da região, de forma aberta ou implícita, de modo objetivo ou retórico. Verdadeira ou falsa no que respeita à qualidade da produção intelectual, a crença de que existia um lugar

marcado pela modernidade, de onde provinham as ideias superiores de civilização – França, Inglaterra, Estados Unidos -, desempenhou um papel fundamental na legitimação retórica das instituições dos países que julgavam patinar no atraso da periferia. A percepção de se buscar pela instauração ou manutenção de uma ordem política em ambiente diverso daquele de onde se encontraria, aparentemente, o seu “modelo original” tornou-se um componente relevante para que os atores históricos ibero-americanos percebessem que os conceitos ou linguagens oriundos da França ou da Inglaterra podiam exercer uma funcionalidade diferente na América Ibérica, induzindo a mudança ou disfarçando o atraso, reagindo conforme suas intenções ou daqueles que representavam. Essa percepção de se estar numa periferia sequiosa dos benefícios da modernidade associada aos países considerados centrais contribuiu para alterar o peso, os valores e os sentidos dos conceitos políticos, uma vez aqui recepcionados. Diversos conceitos políticos (como Estado, igualdade, liberdade) eram apreciados em boa medida, não tanto pelos valores nele contidos em si mesmos na sua origem europeia, mas porque vinculados àquela suspirada modernidade que supostamente caracterizaria os países centrais (de resto, também quase sempre mitificados e idealizados na sua superioridade ou perfectibilidade). Em síntese, a díade centro-periferia permanece útil, ao meu entender, no plano das representações subjetivas dos próprios atores e autores históricos, especialmente por se erigir em critério que distinguia, no debate político da época, os conceitos ou discursos julgados legítimos daqueles que não os eram.

Estas são características que devem ser levadas em conta para compreender parte significativa da produção historiográfica ibero-americana, especialmente a do século vinte, e aquela debruçada sobre a história intelectual de natureza política. Elas iluminam as razões pelas quais tantos autores/autores ibero-americanos, desiludidos, denunciaram a aparente disjunção entre instituições políticas no papel (o “país legal”), expressivas de um figurino universalista produzido “em outro lugar” (o “centro”), e realidade nacional, precária, onde o seu funcionamento parecia desvirtuado, “fora do lugar”. Eles se sentiram “desterrados na própria terra”, para me valer da expressão de um famoso historiador brasileiro. A perseguição neurótica pela modernidade, tornada como verdadeira ideia-força desde a independência, projetou-se no campo historiográfico ibero-americano por meio de uma literatura marcada por um elevadíssimo grau de anacronismo, em que os valores, categorias e frustrações do presente contaminavam qualquer esforço de objetividade analítica. Para piorar, a história turbulenta da região durante o último século, característico de todo o processo de democratização, favoreceu fortemente

a ideologização e politização da escrita histórica. Neste sentido, parece-me pacífico que a difusão de um instrumental metodológico rigoroso, como é o da história dos conceitos, pode constituir, na América Ibérica, de ferramenta de ainda maior valor, na medida em que permite purgar a maior parte dos anacronismos produzidos pela historiografia do século vinte. Ela contribui para depurar a paisagem histórica dos excessos ideológicos e presentistas, revalorizando a contribuição intelectual fornecida pelos países da região como expressiva de uma experiência política que, embora universal (a democratização como processo), é também, como sempre, singular na sua forma de conformação nacional. Neste sentido, a iniciativa da Revista Cadernos de História de dedicar uma edição à história dos conceitos na América Ibérica deve ser saudada por todos os interessados nesta nova e promissora área de estudos da história político-intelectual.

O presente dossiê é uma excelente demonstração do crescimento do interesse dos jovens historiadores e cientistas sociais por aquela área de estudos. Se o artigo de Jônatas Roque Mendes Gomes tangencia os conceitos de nação, povo e cidadão no constitucionalismo gaditano, o trabalho de Pedro Henrique Santos descreve os debates travados no Parlamento brasileiro por ocasião da Guerra da Cisplatina. A hipótese é a de que ali emergia uma nova concepção de Exército em que os militares passavam a ser considerados como cidadãos. Aline Aparecida Inocenti, por sua vez, apresenta um substantivo trabalho sobre as diversas dimensões semânticas envolvidas no conceito de segurança nacional, tal como mobilizado durante o regime militar brasileiro. Já Erygeanny Lira arrisca algumas reflexões de caráter metateórico sobre o pensamento político brasileiro, examinando como ele foi considerado desde a pesquisa pioneira de Wanderley Guilherme dos Santos, com destaque para a contribuição de Gildo Marçal Brandão. Na sequência, Fernando Aguiar Ribeiro desincumbe-se com competência da tarefa de examinar o impacto da obra de Antero de Quental na historiografia luso-brasileira do século XX. O resultado é promissor. O artigo de Thamara Rodrigues sugere que, em virtude da desconfiança da cultura letrada em Portugal na primeira metade do século XIX, o prestígio do conceito de decadência teria ofuscado aquele de progresso. Júlia Cerqueira Gumieri, por seu turno, demonstra com clareza o papel pedagógico que os centros de tortura da ditadura, convertidos em lugar de memória, têm atribuído à historiografia do período. O dossiê se encerra com notas de Pablo Menezes e Oliveira sobre a constituição e o significado das câmaras municipais mineiras do período colonial. O resultado é animador. Que os leitores façam bom proveito da leitura!